

ESCÂNDALO NO MEC / Envolvido em denúncia de favorecimento a pastores na distribuição de recursos do Ministério da Educação, Milton Ribeiro — alvo de investigação da Polícia Federal — será ouvido, nesta semana, pelo Senado

Ministro tem muito a explicar

» CRISTIANE NOBERTO
» TAÍSA MEDEIROS

Ao cumprir um “pedido especial do presidente da República” — como disse —, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, se envolveu no que pode ser um grande escândalo de corrupção do governo de Jair Bolsonaro (PL): a denúncia é de que pastores tinham atendimento preferencial na liberação de verbas da pasta para prefeituras. O caso virou alvo de investigação da Polícia Federal e, nesta semana, Ribeiro terá de dar explicação na Comissão de Educação do Senado. A oitava está marcada para quinta-feira.

Conforme as denúncias, dois pastores evangélicos, Arilton Moura e Gilmar Santos, teriam nas mãos o controle sobre as verbas destinadas a prefeituras via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Contudo, para que os repasses fossem feitos, ambos cobravam “apoio” nas construções de igrejas e exigiriam propinas, entre R\$ 15 mil e R\$ 40 mil. Até 1kg de ouro teria sido negociado — para que as verbas chegassem nas mãos dos prefeitos.

Ribeiro admitiu ter tomado ciência do esquema em 2020, mas somente há cerca de um ano — segundo afirma — reportou o caso à Controladoria-Geral da União. O órgão, por sua vez, só acionou a Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF) após denúncias da imprensa — o *Estadão* revelou a existência desse “gabinete paralelo” de evangélicos, e a *Folha de S.Paulo* obteve áudio no qual Ribeiro diz que seguia **ordens de Bolsonaro**.

De acordo com registros do Ministério da Educação, pelo menos 44 prefeitos foram recebidos por Milton Ribeiro em reuniões acompanhadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. Em 15 meses, foram ao menos 19 registros públicos da agenda de Ribeiro em que constava a presença da dupla de religiosos.

A movimentação ocorria, principalmente, por meio do FNDE, detentor de uma das maiores fatias do orçamento do ministério. Entre 2019 e 2021, o Fundo, ligado à pasta, recebeu mais de R\$ 50 bilhões por ano para a construção de creches e escolas, aquisição de ônibus escolares, construção ou reformas de quadras esportivas em escolas, compras de material didático, entre outros. A proposta para a realização dessas atividades é feita pelas prefeituras anualmente, dentro das condições

Prioridade

No áudio divulgado, Milton Ribeiro diz, em uma reunião com dirigentes municipais dentro do ministério: “Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos). A minha prioridade é atender, primeiro, os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar”.

que o MEC exige (**veja arte**). As medidas foram aperfeiçoadas, nos últimos anos, na tentativa de evitar fraudes.

Conivência

Mesmo com o endurecimento das regras, os repasses podem ter ocorrido por meio dos convênios entre União e municípios, as “transferências voluntárias”. Secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco explicou que as propostas são analisadas pelo ministério dentro de prioridades, conveniência, oportunidade, existência ou não de creches e de escolas na região pleiteada. De acordo com o economista, são levados em consideração critérios e parâmetros técnicos.

“Não é isso que vem acontecendo. Na verdade, esses dois pastores acompanham o ministro, facilitam o contato de prefeitos com o ministro e, posteriormente, como tem sido provado em matérias feitas, essas liberações acontecem, e acontecem numa velocidade, inclusive, anormal”, afirmou Castello Branco. “Esses pastores podem estar incidindo, naturalmente, com a conivência do ministro, num crime até de usurpação da função pública, porque não são funcionários do ministério”, destacou.

Um dos 44 prefeitos que participaram dessas reuniões, Júnior Garimpeiro (PP), de Centro Novo (MA), já foi preso em uma investigação de garimpo ilegal, em setembro de 2021. Conforme apurado da *Folha de S.Paulo*, ele foi detido na Operação Curimã, da Polícia Federal, que tinha o objetivo de desarticular uma quadrilha responsável por desmatar extensas áreas de terra e transformá-las em garimpos. Antes de se entregar na Superintendência da

Caminho do dinheiro

Existem três tipos de repasse de recursos via FNDE: Transferências diretas, transferências voluntárias e execução direta — que é a transferência do produto e não em espécie.



Transferências diretas: repasses determinados por lei ou pela Constituição. Para recebê-las, o município não precisa pedir, é responsabilidade do FNDE repassá-las automaticamente todos os meses. Um exemplo é a verba destinada à merenda escolar.



Transferências voluntárias: feitas por convênios, em que os municípios têm de assinar um acordo com o FNDE para receber os repasses. Os projetos de construção de escolas e creches são exemplos.



Meados de 2019
Data em que, segundo o ministro, teriam começado as mediações ilegais com prefeitos por parte de terceiros dentro do MEC — na época a pasta foi chefiada por dois ministros: Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub.



Julho de 2020
Milton Ribeiro torna posse no Ministério da Educação.



Agosto de 2020
Conforme declarou Ribeiro, em entrevista na última semana, foi quando pela primeira vez ouviu comentários e recebeu formalmente uma denúncia anônima de que existiam mediações ilícitas dentro do MEC.



Agosto de 2021
Ribeiro se reuniu com o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, e entregou a ele o documento em que continha as informações sobre os supostos crimes.



Setembro de 2021
Foi constituída comissão formada por três servidores da CGU para apurar os fatos.



Março de 2022
Encerra o trabalho da comissão. Não foram constatadas irregularidades cometidas por agentes públicos, mas sim possíveis irregularidades cometidas por terceiros. A CGU sugere, então, o encaminhamento dos autos à Polícia Federal (PF) e ao Ministério Público Federal (MPF).



Março de 2022
Vem à tona áudios em que Ribeiro menciona esquema de prioridades, estabelecido de acordo com alianças dos pastores.



Março de 2022
CGU reabre comissão para apurar os novos fatos veiculados pela imprensa.

Fonte: MEC

QUEM SÃO OS ENVOLVIDOS



Milton Ribeiro

■ O ministro da Educação Milton Ribeiro é pastor na Igreja Presbiteriana, teólogo e advogado com doutorado em educação. Ribeiro é o quarto ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro (PL) e chefa a pasta desde julho de 2020. O ministro tem 64 anos e é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da qual foi vice-reitor e reitor em exercício, entre os anos de 2000 e 2003. Ele é pastor na Igreja Presbiteriana Jardim de Oração de Santos, no litoral de São Paulo.



Pastor Gilmar Silva dos Santos

■ É um dos líderes da Assembleia de Deus. No Instagram tem 154 mil seguidores. Na conta, se identifica como presidente da Convenção Nacional de Igrejas no Brasil e diretor do Instituto Teológico Cristo para Todos (ICTO), em que oferece cursos on-line de pregação e teologia.

■ Em inúmeros vídeos publicados na rede social, o pastor aparece orando, falando sobre princípios religiosos, e por vezes, está acompanhado de alguns políticos e figuras públicas — até mesmo orando ao lado do Presidente Jair Bolsonaro.



Pastor Arilton Moura

■ Assessor de assuntos políticos da Convenção de Ministros. Possui cargos públicos em seu currículo, como o de secretário extraordinário para Integração de Ações Comunitárias, no governo de Simão Jatene, no Pará, em 2018. Também foi presidente do PHS, hoje Podemos, no estado.

■ Em áudios divulgados por prefeitos, o pastor solicitava 1kg de ouro para destinar recursos da pasta. Além disso, cobrava R\$ 15 mil apenas para abrir protocolos de demanda no ministério. Depois que a demanda fosse atendida, outro valor era solicitado.

PF em São Luís, Garimpeiro passou 13 dias foragido. Ele chegou a ser encaminhado para o presídio de Pedrinhas, mas foi liberado pela Justiça.

Outro prefeito recebido pela dupla de pastores foi Gilberto Braga (PSDB), do município de Luís Domingues (MA). Em entrevista ao *Estadão*, Domingues afirmou que o pastor Arilton Moura teria pedido R\$ 15 mil antecipados e mais um 1kg de ouro para dar andamento às demandas da prefeitura junto ao Ministério da Educação. A conversa com o intermediador teria ocorrido em abril do ano passado. Conforme o gestor, os pastores não faziam nada escondido. “Ele (Arilton) falou, era um papo muito aberto. O negócio estava tão normal lá que ele não perdeu segredo, falou no meio de todo mundo. Inclusive, tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: ‘Olha, para esse daqui, eu já mandei tantos milhões; para outro, tantos milhões’”, relatou.

Pressão

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) enfatizou que o caso merece uma investigação rigorosa. “Pode estar se caracterizando como grave desvio de função, finalidade e de recurso”, frisou. “O ministro da Educação não faz o que quer. Prejudica uns e privilegia outros, gabinetes paralelos, despachos secretos e liberação de recursos sem obedecer a nenhuma política pública”, criticou.

Na avaliação do presidente da Frente Parlamentar Mista de Educação, deputado Professor Israel (PV-DF), é fundamental que seja instalada uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para apurar responsabilidades. Ele protocolou o pedido de instalação na terça-feira. “Os parlamentares estão se mobilizando. Nós já estamos com o apoio de diversos partidos, tanto da oposição quanto de centro”, frisou. Ele disse contar com nomes como o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM); e os senadores Alessandro Vieira (PSDB-SE), Fabiano Contarato (PT-ES) e Rauloffe Rodrigues (Rede-AP).

“Mais uma vez, o governo demonstrou que tem um modus operandi que já se repetiu, no Ministério do Desenvolvimento Regional; já se repetiu no da Saúde, no caso da compra das vacinas; e, agora, mais uma vez, percebemos o mesmo tipo de atuação por meio de gabinetes paralelos no Ministério da Educação”, justificou.

SUBSÍDIO

No gatilho, MP para renovação de frota

O governo federal pretende publicar, nesta semana, a Medida Provisória que cria o Renovar, programa de renovação da frota de veículos antigos. Em discussão com montadoras e outros segmentos do setor há mais de 20 anos, o plano tem início com caminhões, ônibus e implementos rodoviários.

Segundo o Ministério da Economia, a iniciativa, que será de caráter voluntário, é voltada à reciclagem veicular, ao incremento da produtividade e à eficiência logística. O proprietário que entregar o veículo em pontos de desmanche credenciados por órgãos de trânsito receberá o valor vigente no mercado.

“Todas as transações serão realizadas na Plataforma Renovar, um ambiente virtual no qual poderá ser efetuado o registro das operações relativas ao desmonte ou destruição, como sucata dos bens elegíveis e a utilização dos benefícios concedidos no âmbito do programa”, informou o órgão.

Já houve várias promessas do governo de iniciar o programa, que sempre foi protelado. Montadoras acreditam que a MP será assinada só em abril, pois faltam detalhes a serem definidos.

Grupos envolvidos no projeto afirmam que há no país cerca de 460 mil caminhões com mais de 20 anos. A última pesquisa sobre a idade média da frota brasileira, feita anualmente pelo Sindipeças (sindicato das empresas de autopeças), indica que, em 2020, do total de 2,05 milhões de caminhões em circulação no Brasil, 17% tinham até cinco anos, 56%, entre seis e 15 anos, e 27%, acima de 16 anos.

“Frota muito velha representa custo grande em emissão de poluentes, problemas de veículos parados nas estradas, prejudicando a mobilidade e muitas vezes causando acidentes por falta de manutenção”, disse George Carlotto, gerente de Vendas da Iveco.

A fabricante de caminhões e ônibus sediada em Sete Lagoas

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Projeto piloto prevê benefício de até R\$ 30 mil para quem entregar caminhão velho à reciclagem

(MG) venceu licitação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para criar um projeto piloto e testar a implementação do programa de renovação de veículos pesados. Em parceria com uma de suas concessionárias, a Deva, também de Minas Gerais — que já atua com reciclagem de veículos —, a Iveco começou a adquirir no mercado 50 caminhões com mais de

30 anos para iniciar a operação. Quem entregar o caminhão para a reciclagem receberá um crédito entre R\$ 20 mil, se for um modelo de menor porte (leve), e R\$ 30 mil, se for semipesado ou pesado. Segundo Carlotto, o proprietário poderá usar o dinheiro como parte do pagamento de um veículo mais novo ou para outras finalidades.

Parte do valor virá de

subsídios da ABDI e parte, da Iveco e da Deva, que, após tritar o veículo antigo e separar componentes como aço, borraça, vidro e resíduos de lubrificante, poderá vendê-los para empresas que precisam dessas matérias-primas. Também está em curso o desenho de outro projeto piloto para testar os mesmos conceitos em ônibus, informou o Ministério da Economia.

SUSTO

Pouso forçado de Alcolumbre

O helicóptero que transportava na tarde de ontem, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), precisou fazer um pouso de segurança na comunidade de Nova Jerusalém, interior do Estado, por conta do mau tempo. Os dois estão bem e já chegaram em Macapá, capital do Amapá, de carro.

Em vídeo divulgado pela equipe de Alcolumbre, Góes e o senador dizem estar bem. “Eu e o senador Davi já estamos em Macapá, estamos bem, foi só um susto. Graças a Deus contamos com o apoio e a solidariedade de todos”, diz o governador no vídeo. “Obrigado pelo carinho e pelas preocupações”, acrescentou Alcolumbre.

O pouso de segurança, segundo a assessoria do senador, ocorreu por volta das 17h. O governador e o parlamentar visitaram áreas atingidas por enchentes em Laranjal do Jari e Vitória do Jari, municípios localizados no sul do estado.